

# **GRUPO EXECUTIVO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA - GEx**

## **MEMÓRIA DE REUNIÃO**

Dia: 26 de julho de 2011

Local: Ministério do Meio Ambiente, 5º andar, Sala multimídia - Brasília/DF.

### **1. Pauta**

#### **1.1 Informes:**

- Reunião do CIM no final do mês de agosto;
- Email solicitando o agendamento de reuniões entre a Diretora Karen Suassuna e as equipes de trabalho dos novos Planos Setoriais;
- Reunião Técnica a ser realizada no dia 10/08, às 10:00hs, para discutir as interfaces entre o Plano Setorial de Transportes e os outros Planos Setoriais em elaboração;

1.2 Apresentação do Ministério da Fazenda sobre o mercado de carbono;

1.3 Discussão sobre o monitoramento do compromisso voluntário da Política Nacional sobre Mudança do Clima e dos Planos Setoriais;

1.4 Alternativas para acompanhamento da implementação dos planos setoriais, proposta de cronograma para atualização do plano nacional sobre mudança do clima e sugestão de pauta ao CIM.

### **2. Discussões:**

#### **2.1 Informes**

- A Diretora Karen Suassuna fez breve apresentação das gerências do Departamento de Mudanças Climáticas da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, apresentando posteriormente a pauta da reunião;
- Informou-se a necessidade de definição da pauta da reunião do CIM prevista para o final do mês de agosto, buscando-se evitar o dia 31/08 devido a reunião do CONAMA;
- Alguns membros do GEx colocaram a necessidade de formalização dos Coordenadores dos Planos Setoriais;
- Informou-se também sobre a realização de reunião temática sobre REDD envolvendo grupo técnico formado anteriormente.

#### **2.2 Apresentações**

##### **Mercado de Carbono:**

• A apresentação do Ministério da Fazenda sobre mercado de carbono teve como intuito apresentar subsídios para o desenho futuro do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões. A apresentação demonstrou o possível papel que o mercado de carbono desempenharia como instrumento paralelo à implementação da Política Nacional, mostrando as vantagens e desvantagens de diferentes instrumentos para o custo de abatimento das emissões. Principais colocações:

- (a) o estabelecimento de padrões que possibilitem a fiscalização pode facilitar sua implementação;
- (b) instrumentos de taxação são mais facilmente aplicáveis, mas deve-se prever uma composição em que estes estejam indicados entre outros instrumentos;
- (c) em levantamento preliminar para o período 2011-2020 sobre o custo total da

implementação dos planos setoriais, estimou-se cerca de 509 bilhões de reais, prevendo-se recursos orçamentárias e outras fontes;

(d) considerar a experiência nacional com MDL e mercado voluntário. Também seria oportuno o Brasil se estruturar internamente pensando em dialogar com outros países que também estão estruturando seus mercados domésticos; são necessárias definições quanto à aspectos técnicos, desenho da política, componentes institucionais considerando nosso sistema federativo, além de uma análise em relação à necessidade de entidade reguladora para implantar e operar o sistema;

(e) propôs-se a criação de um grupo de trabalho interministerial ou a delegação de atribuições para os órgãos relevantes, estabelecendo-se uma agenda até outubro para elaborar um diagnóstico do cenário nacional.

• Discussão:

(a) o Ministério das Cidades colocou que a tecnologia a ser adotada deve considerar o custo ambiental local e que a precificação dos gases de efeito estufa local pode ser um delineador na tomada de decisão por uma tecnologia ou outra, já pensando-se no mercado de carbono quando da definição destas políticas públicas, embora ele ainda não tenha sido criado;

(b) para o Ministério da Fazenda a precificação pode ser estabelecida com a adoção de taxas a serem pagas, quando se extrapolar um certo valor de emissões;

(c) o Ministério das Relações Exteriores pontuou que o modo como o compromisso voluntário brasileiro foi apresentado em 2009, com a definição de carbono por setor, é diferente de como foi apresentado no decreto de regulamentação da Política em 2010, onde não se tem este detalhamento por setor. Não está claro como um setor poderá auxiliar no impacto setorial de outro. Outro ponto é que tem-se trabalhado com regras e compromissos nacionais e isso também é preocupante, pois nem todos os países se preocupam em utilizar metodologias internacionais. Também deve-se definir a forma como o compromisso nacional vai dialogar com iniciativas estaduais que podem repercutir nas negociações internacionais. A questão federativa é um ponto muito sensível para esse debate;

(d) o Ministério da Fazenda colocou que uma leitura política deste instrumento é importante e que esta discussão deve ser aprofundada, vislumbrando-se seus benefícios e dificuldades;

(e) a Casa Civil sugeriu encaminhar essa discussão para a próxima reunião do CIM bem como a questão do monitoramento.

**Monitoramento:**

• O MMA fez uma apresentação sobre os elementos para uma discussão de monitoramento e estimativa das emissões de GEE no âmbito da Política Nacional. Foram apontados 3 elementos de discussão: o Inventário Nacional, cuja submissão à UNFCCC é quadrienal e responde a um compromisso com a Convenção do Clima; as estimativas anuais de emissão previstas na Política Nacional e; o monitoramento de emissões de gases de efeito estufa que está associado às ações dos planos setoriais. O monitoramento seria parte do acompanhamento das ações dos planos setoriais e sua periodicidade dependeria de cada setor. Deve-se discutir no GEx a forma como se dará o monitoramento, podendo-se pensar em um formato moderno como uma plataforma web. Propôs-se estabelecer uma discussão técnica entre os Ministérios e, posteriormente, promover um seminário ou workshop com a participação de especialistas.

• Discussão:

(a) representante da EMBRAPA, colocou que as estimativas previstas pela Política Nacional seriam disponibilizadas anualmente, e que, como em Cancún se determinou que estas informações fossem apresentadas a cada dois anos, seria importante pensar na periodicidade de apresentação das estimativas, tendo em vista os recursos necessários para obtê-las;

(b) representante do MCT pontuou que, internacionalmente, esta periodicidade ainda não

está bem estabelecida e que ela dependerá do apoio e da capacidade de cada país. Colocou também que se trabalharia com dados já existentes e não um novo inventário. As estimativas de emissões devem dialogar com o Inventário Nacional. Já o monitoramento pode ser mais flexível e ter metodologia própria que, não necessariamente, siga os critérios internacionais. O monitoramento tem um desenho mais livre já que o Inventário já exige um desenho nacional;

(c) as emissões estariam vinculadas ao Plano Setorial e não às emissões do setor como apresentado no Inventário;

(d) o MMA observou que há relação direta das estimativas com o monitoramento e relação indireta das estimativas e do monitoramento com o Inventário Nacional.

(e) o MCidades observou que existe uma carência metodológica para realizar essas mensurações, especialmente para o setor de transporte público urbano, onde esse monitoramento é feito em âmbito municipal;

(f) o MMA colocou que tanto as estimativas quanto o monitoramento devem se basear em metodologias já existentes. O grupo também deve discutir quais gases de efeito estufa serão contemplados, sendo que essa escolha deveria ser mais restritiva que a do Inventário Nacional. Pensa-se em monitorar CO<sub>2</sub>, N<sub>2</sub>O e CH<sub>4</sub>. As estimativas teriam um caráter mais global. Como os planos setoriais possuem perfis diferentes, o monitoramento também deve ser diferente se adequando a cada plano setorial e suas ações. Mas estas são questões a serem aprofundadas num grupo técnico que deve contar com a presença dos coordenadores dos planos setoriais;

(g) representante da Casa Civil observou que, quando da construção do texto do Decreto que institui a Política, se entendeu que a estimativa de emissões estaria relacionada à projeção de emissões o que permitiria que os planos fossem adequados à medida que se verificasse o atendimento ou não do compromisso nacional. Seu objetivo seria verificar a progressão dos planos setoriais;

(h) o MMA esclareceu que o monitoramento estaria relacionado às metas de emissões e que o acompanhamento estaria relacionado ao acompanhamento gerencial das ações, mas que se utilizaria um sistema integrado para os dois;

(i) sobre o acompanhamento dos Planos Setoriais, representante do MMA informou que ainda reflete a respeito de um sistema de banco de dados virtual.

### **2.3. Pauta da reunião do CIM**

- o MMA informou que o calendário previsto para as reuniões do GEx se esgotou com esta reunião e que agora o grupo tem uma pauta a produzir para a reunião do CIM. Os pontos levantados em reuniões e propostas para a pauta seriam:

- Aprovação do Plano ABC;

- Portaria de nomeação dos coordenadores dos planos setoriais;

- Proposta de cronograma dos trabalhos para atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima;

- Proposta de sistema de acompanhamento e monitoramento do Plano Nacional e dos planos setoriais;

- A participação de observadores nas reuniões do GEx

- Informou-se também sobre a possibilidade de se realizar uma avaliação do Plano Nacional atual que sirva de insumo para a revisão e construção do novo Plano. A sugestão da SMCQ é lançar versão atualizada do Plano na Rio +20;

- Quando se questionou se este novo Plano incluiria o tema de adaptação, o MMA mencionou que além de ser um componente dos planos setoriais, também terá um capítulo específico do plano;

- O Ministério da Fazenda sugeriu que haja uma apresentação e discussão pelo Ministério das Relações Exteriores sobre os instrumentos previstos pela COP 16 para o futuro e os principais aspectos das negociações internacionais em clima em uma próxima reunião do GEx.

### **3. Encaminhamentos:**

- 3.1. A próxima reunião do GEx ocorrerá em 29 de agosto, prevendo-se para a mesma uma apresentação sobre o estudo de cenários de emissões elaborado pela COPPETEC;
- 3.2. A reunião do CIM acontecerá provavelmente na primeira semana de setembro;
- 3.3. A proposta de criação dos dois grupos de trabalho sobre o sistema de monitoramento e o mercado brasileiro de emissões será encaminhada ao CIM em sua próxima reunião. ;
- 3.4. Os órgãos interessados em participar destes grupos já podem manifestar sua intenção ao GEx. Isto também se aplica aos Ministérios que não sejam membros do GEx;
- 3.5. A participação de observadores nas reuniões do GEx será limitada a 1 membro por instituição, tendo em vista limitação de espaço físico para sua realização. Dar-se-á preferência às instituições governamentais e a participação deve ser comunicada com antecedência.